



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

PROJETO BÁSICO

(Processo Administrativo n.º 23098.001479.2025-21)

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Com base nos fundamentos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, este Projeto Básico e seus anexos, acompanhado das peças técnicas de engenharia e arquitetura, visa fornecer elementos e subsídios que viabilizem a execução das obras de construção das Quadras de Areia dos Campi Gama, São Sebastião e Taguatinga do Instituto Federal de Educação de Brasília, situados na Lote 01, DF 480, Setor de Múltiplas Atividades. CEP: 72429-005. Gama/DF, Área Especial 2, S/N, Bairro São Bartolomeu - São Sebastião/DF*. CEP: 71.697-040, QNM 40, Área Especial 01, às margens da BR 070. Taguatinga/DF. CEP: 72146-000, respectivamente.

1.2 Entende-se aqui por obra, toda construção, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos. Atividade esta, que necessita da participação e acompanhamento de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

1.3 JUSTIFICATIVA

Optou-se pela concorrência, sob regime de empreitada por preço global, uma vez que trata-se de uma obra simples com serviços bem definidos, não necessitando de maiores estudos e projetos complementares, apenas o arquitetônico, com pequena imprevisibilidade e imprecisão no levantamento das informações e quantidades necessárias para execução do objeto, apresentando-se como a melhor opção para a Administração, garantindo-se uma melhor previsão do valor a ser destinado para este projeto.

A Instituição, por meio da Diretoria de Engenharia, elaborou os Projetos Básico e Executivo da contratação, e caberá à CONTRATADA a execução da obra.

2. OBJETIVO

2.1 Contratação de empresa especializada para execução das obras de construção das Quadras de Areia dos Campi Gama, São Sebastião e Taguatinga do Instituto Federal de Educação de Brasília, situados no Lote 01, DF 480, Setor de Múltiplas Atividades. CEP: 72429-005. Gama/DF, Área Especial 2, S/N, Bairro São Bartolomeu - São Sebastião/DF*. CEP: 71.697-040, QNM 40, Área Especial 01, às margens da BR 070. Taguatinga/DF. CEP: 72146-000, Brasília/Distrito Federal, respectivamente, conforme avaliação descrita no Estudo Técnico Preliminar.

3. VALOR ESTIMADO E BDI

3.1 Os orçamentos foram baseados em quantitativos levantados constantes dos projetos e com os preços do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é a tabela de referência pública

nacional de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Quando não encontrado, utilizou-se preços de referências públicas regionais ou por meio de pesquisa de mercado.

3.2 Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços do módulo pesquisa de preços no sistema ORSE e compras.gov.br.

3.3 Desta forma, todas as composições de custos unitários já deverão estar com os encargos convencionais e os complementares embutidos no custo unitário da mão de obra.

3.4 Por se tratar de uma execução de obra onde o custo com mão de obra é elevado, esta administração, após comparação entre as duas modalidades de planilhas, adotou os custos de referência **sem desoneração**, por ser de menor valor, ou a menor preço para a Administração.

3.5 O valor do orçamento estimativo é SIGILOSO, e o valor orçado pela Administração permanecerá em sigilo durante a fase externa do certame. Foi atendido o artigo 13 da lei 14.133/2021, onde os atos praticados no processo licitatório serão públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei. No parágrafo único do mesmo artigo (Art. 13, I, II da lei 14133/2021) temos que a publicidade será diferida quanto ao conteúdo das propostas, até respectiva abertura e também quanto ao orçamento da administração.

3.6 Ressalta que, como os atos serão públicos, o sigilo nesta fase apenas retarda a divulgação do orçamento, sendo que este será divulgado posteriormente. Além de atender ao Art. 24, I, da lei 14.133/2021, onde o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo. O acolhimento da opção de sigilo do orçamento justifica-se pelo fato que através deste instrumento a administração poderá lograr maior proveito do certamente, dentro dos princípios da legalidade, interesse público, eficácia e planejamento. O sigilo no orçamento permitirá o máximo de aproveitamento do mercado, fazendo com que o licitante elabore sua proposta observando estritamente os valores praticados no mercado e não apenas no valor base da administração, evitando assim, o efeito cascata, ou seja, em vez do licitante basear-se nos preços de mercado ele apenas aplicaria desconto em cima do valor da administração, sem ao menos analisar os dados técnicos do objeto a ser construído.

3.7 Este instituto, também proporcionará ao IFB à obtenção de propostas mais condizentes com as práticas orçamentárias, pois o licitante, além de observar as regras de mercado, poderá produzir sua proposta dentro dos valores compatíveis com sua realidade, além de poder submetê-la ao seu corpo técnico antes de apresentar à administração.

Em tese, as vantagens imediatas com uso deste mecanismo são:

1. Obtenção de um orçamento condizente com os valores praticados na atualidade;
2. Permitir que os licitantes elaborem uma proposta dentro dos parâmetros técnicos orçamentários;
3. Possibilidade de ganho para administração, com descontos mais vantajosos;
4. Evitar formação de cartéis ou combinação de preços entre licitantes;
5. Evitar que licitantes apresentem preços sem conhecimentos dos insumos que a contemplem;
6. Evitar futuros pedidos de aditivos e reequilíbrios;
7. Atendimento dos princípios da eficiência, competitividade e economicidade.

3.8 É importante observar que em atendimento ao Acórdão TCU 3011/2012 - Plenária, a administração analisou a possibilidade dos efeitos negativos com essa adoção, inclusive com a possibilidade de fracasso do certamente. No entanto, esses efeitos foram superados, tendo em vista que o objeto a ser contratado não se trata de obra complexa, mas sim de uma obra simples, e os custos dos insumos são encontrados nas tabelas de referência SINAPI, além dos prazos estipulados no cronograma serem razoáveis para sua execução.

4. PRAZOS

4.1 A empresa contratada deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, baseado no modelo adotado por esta Administração. O referido documento será submetido à aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

4.2 Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da ordem de serviço (O.S) emitida pela Pró-Reitoria de Administração do IFB e o seu prazo de execução será de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura da Ordem de Serviço (O.S), conforme cronograma físico-financeiro.

4.3 O prazo de vigência da contratação é de 225 (duzentos e oitenta e cinco) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

4.3.1 Após o término do prazo de execução dos serviços de 120 (cento e vinte) dias, a CONTRATADA deverá encaminhar ofício à fiscalização para proceder o Recebimento Provisório de todos os serviços. A etapa de Recebimento Provisório será de 15 (quinze) dias e deverá ser feita pelo responsável pela obra e pelo(s) fiscal(is) da obra.

4.3.2 No Prazo de 15 (quinze) dias a CONTRATADA deverá sanar todas as pendências enumeradas pela equipe no check-list de recebimento provisório e posteriormente convocar para o Recebimento Definitivo.

4.3.3 O prazo para o Recebimento Definitivo é de 45 (quarenta e cinco) dias e será feito por uma comissão nomeada por portaria interna da Instituição.

4.3.4 Após encerrado o prazo de Recebimento Definitivo, caso a CONTRATADA não finalize todas as pendências, será considerado atraso na execução dos serviços e ensejará as sanções previstas no edital.

4.3.5 O prazo para extinção do contrato é de 30 (trinta) dias.

4.4 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente, sem prejuízo da responsabilização da parte que deu causa ao descumprimento do prazo.

4.5 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.

5. DA CONTRATAÇÃO

5.1 A execução dos serviços será indireta por meio de contratação de empresa de engenharia especializada para execução das obras de construção das Quadras de Areia dos Campi Gama, São Sebastião e Taguatinga, na modalidade **Concorrência**, no regime de empreitada por preço global, com critério de julgamento do tipo menor preço.

5.2 A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia da CONTRATANTE, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/21.

5.3 De forma geral, os serviços a serem contratados são os seguintes, conforme orçamento resumo:

- ADMINISTRAÇÃO

- PROJETOS

- SERVIÇOS PRELIMINARES

- TERRAPLENAGEM, TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES
- INFRAESTRUTURA / FUNDAÇÕES / CONTENÇÕES
- IMPERMEABILIZAÇÕES
- ALVENARIAS E VEDAÇÕES
- ESQUADRIAS
- REVESTIMENTOS
- PAVIMENTAÇÃO
- PINTURA
- EQUIPAMENTOS
- SERVIÇOS FINAIS

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A(s) proposta(s) de preço(s) deverá(ão) contemplar os seguintes documentos:

6.1.1. **carta proposta**, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;

6.1.2. **planilha orçamentária**, em formato editável e em PDF, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme modelo da Planilha Orçamentária da Administração.

6.1.3. **composição de custos unitários** e composições auxiliares de todos os serviços presentes na planilha orçamentária, conforme modelo, demonstrando todos os consumos e índices de produtividade dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada. Como complemento, as composições onde os serviços são estritamente específicos, gerados através das pesquisas de mercado ou definição através da variação de fornecedor(es) (sem deixar de se cumprir fielmente o projeto e, em observância ao princípio da economicidade e competitividade), o detalhamento da composição deve ser definida com os insumos e mão de obra base, com o maior grau possível de detalhamento;

6.1.4. **composição de BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;

6.1.5. **cronograma físico-financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;

6.1.6. **composição de Encargos Sociais**; e

6.1.7. **curva ABC de Serviços** com BDI.

6.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3. A Concorrência Eletrônica será realizada em item único, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela

denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .docx ou .xlsx, devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.

6.4. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.5. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) após a fase de lances:

6.5.1. propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Projeto Básico;

6.5.2. propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;

6.5.3. propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado conforme valor total previsto;

6.5.4. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Projeto;

6.5.5. formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;

6.5.6. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital; e

6.5.7. contiverem vícios insanáveis.

6.6. Estarão disponíveis na página oficial eletrônica do Instituto Federal de Brasília IFB (www.ifb.edu.br) os arquivos digitais contendo o conjunto de projetos de engenharia e arquitetura, bem como especificações técnicas e planilhas para o objeto desta licitação.

6.7. Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor previsto, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

6.8. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.

6.10. Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

7. VISTORIA

7.1. O(s) licitante(s) poderá(ão) avaliar as condições físicas do local da obra, sanando todas as dúvidas e demais questionamentos sobre os quantitativos no local, antes de fornecer a proposta dentro do prazo legal.

7.2. Competirá a cada interessado fazer a visita técnica, podendo ser representado e/ou acompanhado de técnicos e especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta.

7.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, devendo ser previamente agendada e poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, acompanhado do corpo técnico da Diretoria de Engenharia do IFB, pelo telefone (61) 2103-2120 ou via e-mail: marcielly.leonardo@ifb.edu.br

7.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.5. Caso o(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Qualificação técnica

8.1.1. Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.

8.1.2. Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

8.1.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. Toda a documentação será avaliada rigorosamente pelo corpo técnico deste Instituto.

8.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, a CONTRATANTE solicitará documentação complementar (contratos, atestados etc.) a respeito da qualificação técnica da pretensa subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do contrato. Demais exigências e procedimentos referentes à subcontratação estarão definidos em tópico próprio.

8.1.5. Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar este IFB quanto a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

8.1.6. Será exigida a apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), expedido pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

8.2 Qualificação técnica-operacional

8.2.1. Deverá ser comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que demonstrem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra/serviço, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados, e o prazo de execução e vigência. Os atestados devem corresponder a quantidade exigida relacionadas às parcelas de maior relevância, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE EXIGIDA
01	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.0 E PEDRA BRITADA N.1), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO	M ³	150,00
02	MURO DE ARRIMO COM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL	M ²	80,00

03	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO	M ²	130,00
04	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, INTEIRAMENTE ARMADA	M	100,00

8.2.2. A exigência de atestados foram definidas por critérios técnicos e/ou grande relevância para execução do objeto;

8.2.3. Os atestados devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;

8.2.4. Será permitido o somatório de atestados para o atendimento aos quantitativos mínimos na qualificação técnico-operacional, entretanto deverá ser comprovada a experiência e a complexidade de executar serviços semelhantes ou superiores aos exigidos; e

8.2.5. Serão aceitos como comprovantes de capacidade técnico-operacional, que façam menção ao próprio licitante como prestador de serviços, os documentos em que as informações constantes permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços com os parâmetros mínimos fixados.

8.3 Qualificação técnica-profissional

8.3.1. A licitante deverá apresentar o REGISTRO ou INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente;

8.3.2. Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. o(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	PROFISSIONAL
01	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA	ENGENHEIRO CIVIL OU

	N.0 E PEDRA BRITADA N.1), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO	ARQUITETO DEVIDAMENTE HABILITADO PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE
02	MURO DE ARRIMO COM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO DEVIDAMENTE HABILITADO PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE
03	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO DEVIDAMENTE HABILITADO PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE
04	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, INTEIRAMENTE ARMADA	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO DEVIDAMENTE HABILITADO PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE

8.3.3. Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no quadro acima, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

8.3.3.1 Profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços, emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

8.3.4. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA;
- c) Certidão do CAU;
- d) Contrato Social;
- e) Contrato de prestação de serviços;
- f) Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
- g) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

8.3.5. Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigidos acima, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is) – Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

8.3.6. A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser

contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.

8.3.7. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

8.3.8. Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.

8.3.9. Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

9. DAS MEDIÇÕES

9.1 As medições dos serviços serão realizadas, pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá dar entrada formalmente no pedido ao Órgão.

9.2 As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes elementos:

9.2.1 relatório escrito e fotográfico;

9.2.2 cronograma refletindo o andamento da obra; e

9.2.3 conforme art. 46, § 9º, da Lei n. 14.133, de 2021, dada a escolha do regime de execução, a licitação deve se dar por preço global, com adoção da sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de remuneração por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

9.3 As medições serão acompanhadas por representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante da CONTRATANTE.

9.4 As medições serão realizadas em conformidade com a quantidade de serviços executados pela contratada, associados as etapas do cronograma físico-financeiro, podendo ser total ou parcial mediante justificativas apresentadas pela contratada, diante das averiguações constatadas “in loco” pelo fiscal/responsável técnico do IFB.

9.5 Após constatação do valor total ou parcial pelo fiscal do contrato, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal correspondente à medição e enviar ao setor de fiscalização acompanhada dos comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais e fiscais, para fins de “atesto” e envio aos demais setores competentes.

9.6 Os itens componentes da administração local serão medidos e pagos proporcionalmente ao percentual de execução da obra, conforme o subitem 9.3.2.2 do Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário.

9.7 Os serviços serão medidos APENAS quando alcançarem uma porcentagem mínima de 10% (dez por cento), e seus múltiplos. Assim, se no primeiro mês for executado apenas 7% (sete por cento) de um serviço, esta etapa não será medida neste mês, apenas no seguinte de alcançar os 10% e seus múltiplos. Para os serviço iniciais, a porcentagem de medição deverá ser definida com o fiscal da obra.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará à Diretoria de

Engenharia do IFB a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo IFB, mediante ordem bancária.

10.2 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atestado” do representante do IFB na Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

10.3 O prazo de pagamento será de no máximo 10 (dez) dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.4 Ocorrendo atraso no pagamento, a CONTRATANTE, se provocada, arcará com a correção do valor em atraso, estipulado com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, calculada pro rata para o período compreendido entre o término do prazo e a efetiva quitação do débito.

10.5 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

10.6 Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, dentre outros.

10.7 Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura eletrônica na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

10.8 As notas fiscais deverão ser encaminhadas pelo e-mail do protocolo do IFB conforme o endereço eletrônico: protocolo.reitoria@ifb.edu.br.

10.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

10.10 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

11. CONSÓRCIO

11.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 O Consórcio deverá entregar, juntamente com os documentos de habilitação:

11.2.1 o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação; e

11.2.2 documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

11.3 Os Documentos de Habilitação referentes ao item 08 deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

11.4 A empresa líder será a representante do consórcio perante a CONTRATANTE e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

11.5 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

11.6 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

11.7 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

11.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

11.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

11.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Poderão ser subcontratados os serviços cuja execução demande especialização técnica evidenciada pela existência de empresas especificamente dedicadas àquele segmento, ou, ainda, quando esta seja a prática no mercado, limitados a 10% (dez por cento) do objeto contratado.

12.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na execução da pavimentação, constituída de lastro de brita, aplicação de manta geotêxtil e espalhamento de areia.

12.3 Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).

12.4 A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.5 Sempre que for exigível, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à Administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.

12.6 Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

12.7 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do IFB ou com agente público que desempenhe função na Concorrência Eletrônica ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

12.8 As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à CONTRATADA, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

12.9 No caso de serviços cuja execução requeira notória especialização técnica, assim entendidos aqueles em que a executante deve preencher condições específicas – legais, técnicas ou profissionais, se exigível pela CONTRATANTE, a empresa licitante deverá apresentar a qualificação técnica da empresa subcontratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.9.1 REGISTRO OU PROVA DE INSCRIÇÃO da pessoa jurídica subcontratada no CREA – Conselho Regional

de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, dentro do seu prazo de validade, da qual constem seus responsáveis técnicos, respeitadas as competências exigidas para os serviços subcontratados; e

12.9.2 DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA, através da apresentação de atestado(s), que comprove(m) ter a subcontratada executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou, ainda, para empresas privadas, serviços técnicos especializados assemelhados àqueles, objeto da subcontratação. Não serão aceitos atestados emitidos pela CONTRATADA ou pela própria subcontratada, a seu favor.

12.10 As empresas subcontratadas para fornecimento/instalação de equipamentos deverão ser obrigatoriamente a fabricante dos equipamentos ou assistência técnica autorizada pelo fabricante.

13. DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

13.1 Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/21.

13.2 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.3 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

13.4 O reajuste de preços será aplicado anualmente, a contar da data do orçamento elaborado pela Administração (data do SINAPI informado nas planilhas de referência, **12/08/2025**), utilizando a variação acumulada do INCC-M pelo período de um ano.

13.5 Este mecanismo de reajuste visa assegurar que os valores pagos reflitam adequadamente as oscilações dos custos envolvidos na execução dos serviços, garantindo a continuidade e a viabilidade da obra.

14. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

14.1 Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Diretoria de Engenharia, aos quais competirá a GESTÃO e FISCALIZAÇÃO dos mesmos.

14.2 As atribuições do GESTOR DE CONTRATO e FISCAL serão conforme o descrito na Lei nº 14.133/2021.

14.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.4 A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

15. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 Os serviços deverão ser executados minimamente de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, salvo autorização da fiscalização em contrário.

15.2 Nos casos em que houver necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos e operacionais, a CONTRATADA poderá executar os serviços em fins de semana, jornadas noturnas, feriados, desde que autorizadas e acordadas com

o setor de fiscalização e/ou responsável pela unidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

16. IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

16.1 Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002 e a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/2010, não se limitando apenas às leis mencionadas.

16.2 A empresa contratada deverá efetuar a destinação dos resíduos sólidos em conformidade com as resoluções vigentes do CONAMA, e demais resoluções do GDF. Inicialmente não haverá necessidade de licenciamento ambiental por se tratar de uma obra dentro de um campus já existente.

16.3 Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

16.4 A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a substituição de quaisquer dos produtos e materiais utilizados por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

16.5 Caso seja necessário licenciamento, este ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ela providenciar junto aos órgãos locais competentes a respectiva autorização.

16.6 Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

16.7 Atendendo ao art. 45 da Lei nº 14.133/21 e à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/10, a presente contratação contempla diversos itens de sustentabilidade, entre os quais destacamos: priorização no uso de materiais metálicos, como alambrados, com menor quantidade de madeira usada na construção; uso de blocos de concreto que possuem menor desperdício em comparação com os de cerâmica, entre outros.

16.8 A presente contratação observou todos os parâmetros do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em sua 6ª Edição publicada pela CGU/AGU e recomenda que a CONTRATADA siga o mesmo na execução do objeto.

17. DA ACESSIBILIDADE

17.1 Em acordo com o art. 45, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o presente projeto básico contempla os principais requisitos e exigências das leis e normas técnicas de acessibilidade: autonomia, conforto e segurança. Tais parâmetros de acessibilidade estão previstos no Decreto Federal nº 5.296/2004, Lei nº 10.098/2000 (promoção da 19.559.024/0001-03 acessibilidade), Lei nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), garantindo assim a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

17.2 Segundo a NBR 9050/2020, todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, que forem projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, precisam atender o que ela estabelece para serem considerados acessíveis.

17.3 Conforme o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, a estes deverão ser garantidos acessibilidade, recursos tecnológicos e adaptação no ambiente de trabalho, com prioridade total no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho, conforme Art. 37 da Lei nº 13.146/2015.

18. GARANTIA DOS SERVIÇOS

18.1 Todos os serviços prestados deverão gerar um relatório detalhado que funcionará como memória técnica, para efeito de garantia de serviços, assinado pelo Fiscal, para fins de acervo técnico e guarda de informações técnicas que venham a ocasionar defeitos.

18.2 A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

18.3 A Contratada obriga-se, ainda, a garantir os sistemas, elementos, componentes e instalações da obra em consonância com o disposto na NBR 15.575/2013 e NBR 17.170/22, da ABNT.

18.4 As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no prazo de 24 horas da solicitação.

19. RECEBIMENTO DA OBRA

19.1 Após concluídos, os serviços serão recebidos pela Fiscalização do IFB, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A Contratada deverá requerer a realização de VISTORIA para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

19.2 O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.

19.3 A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de até 15 (quinze) dias corridos do seu requerimento. Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, naquela data, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA, circunstanciado e assinado pelas partes.

19.4 Sendo constatada na VISTORIA a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.

19.5 O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo da Obra), no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:

19.5.1 vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra, a ser efetuada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da Obra;

19.5.2 projeto "as built" em formato a ser especificado pela fiscalização e Caderno complementar de especificações técnicas elaborados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização; e

19.5.3 entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da Obra - CND, emitida pela Receita Federal, Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e o HABITE-SE emitido pelo GDF, se for o caso.

19.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.7 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileira vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

19.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ANEXOS

20.1 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, inclusive no impacto da vizinhança decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obra, mesmo que tenha sido por meio de seu subcontratado autorizado pela CONTRATANTE.

20.2 Para a presente contratação, não foi usada a Modelagem da Informação da Construção (BIM) pois ainda está em fase de implantação no órgão. A migração de um sistema 2D para um sistema 3D não é simples e tampouco rápida, logo, a equipe da Diretoria de Engenharia do IFB, precisa de tempo e horas de treinamento para finalizar a migração das modelagens.

20.3 São anexos a este Projeto Básico os seguintes documentos:

- Anexo I - Titularidades dos Imóveis;
- Anexo II - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;
- Anexo III - Projeto Executivo de Arquitetura;
- Anexo IV - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013);
- Anexo V - Planilhas orçamentárias (orçamento sintético, orçamento analítico, BDI, Cronograma físico-financeiro);
- Anexo VI - Modelo de Ordem de Serviço;
- Anexo VII - Modelo de Termo de Vistoria;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de renúncia de vistoria;
- Anexo IX - Modelo de proposta;
- Anexo X - Modelo de Declaração de livre acesso aos documentos e registros contábeis;

Brasília, outubro de 2025

PETER MENEZES DOS REIS JÚNIOR

Engenheiro Civil - IFB
Equipe de Planejamento da Contratação

MARCIELLY PARREIRA LEONARDO

Engenheira Civil - IFB
Diretor de Engenharia IFB
Equipe de Planejamento da Contratação

De acordo,

CLÁUDIA SABINO FERNANDES

Pró-Reitora de Administração
Ordenadora de Despesa

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcielly Parreira Leonardo, DIRETOR(A) - CD3 - DREN**, em 14/10/2025 13:49:29.
- **Claudia Sabino Fernandes, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRAD**, em 14/10/2025 14:08:32.
- **Peter Menezes dos Reis Junior, ENGENHEIRO-AREA**, em 14/10/2025 14:22:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 650281

Código de Autenticação: bbd844ce7f



Reitoria
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Lote nº 03, Edifício
Siderbrás., None, Asa Sul, BRASÍLIA / DF, CEP 70.070-906
(61) 2103-2154